

CELORICO DA BEIRA

ATRAVÉS DA HISTÓRIA



CELORICO DA BEIRA ATRAVÉS DA HISTÓRIA



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Celorico da Beira através da História

COORDENADORES

António Carlos Marques / Pedro C. Carvalho

AUTORES

Raquel Vilaça, Pedro C. Carvalho, Catarina Tente
Maria Helena da Cruz Coelho, Margarida Neto
João Paulo Avelãs Nunes

FOTOGRAFIAS

António Marques / João Lobão
Catarina Tente
Danilo Pavone (n.º fotos ...)
Marco Pitt

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA

Fernanda Sousa
José Luís Madeira (n.º figuras ...)
Sara Almeida (...)

CAPA

Marco Pitt

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

Marco Pitt

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Celorico da Beira

COLABORAÇÃO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

TIRAGEM

1000 Exemplares

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

(...)

ISBN

(...)

DEPÓSITO LEGAL

(...)

CELORICO DA BEIRA
ATRAVÉS DA HISTÓRIA

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO

PRÉ E PROTO HISTÓRIA

Celorico antes dos Romanos - *Raquel Vilaça*

ÉPOCA ROMANA

Há 2000 anos em Celorico da Beira - *Pedro C. Carvalho*

(Entre as encostas da Estrela e o vale do Mondego no tempo dos Romanos)

ALTA IDADE MÉDIA

Dos “Bárbaros” ao Reino de Portugal - *Catarina Tente*

O território de Celorico da Beira nos séculos V a XII

BAIXA IDADE MÉDIA

Celorico Medieval - *Cristina Pimenta / Helena Cruz Coelho*

Um cruzamento de Homens e Bens na Paz e na Guerra

ÉPOCA MODERNA

Celorico da Beira na Época Moderna - *Margarida Sobral Neto*

ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

Celorico da Beira e a História Contemporânea de Portugal - *João Paulo Avelãs Nunes*

APRESENTAÇÃO

É com enorme prazer que o Município de Celorico da Beira apresenta um novo estudo sobre a História da vila e do seu termo. Esta edição, de cariz histórico, tem como objectivo principal dar a conhecer a todos os Celoricenses as suas raízes e sua história.

A obra nasceu de uma frutuosa parceria da Câmara Municipal de Celorico com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e surge no seguimento de duas anteriores publicações sobre a História de Celorico da Beira e do seu concelho: a primeira, da autoria do professor Manuel Ramos de Oliveira, faz este ano 80 anos que foi publicada e continua a merecer-nos todo o reconhecimento, pois, foi inquestionavelmente um pioneiro na redacção de monografias históricas. A segunda monografia sobre Celorico da Beira e o seu concelho, redigida pelo Professor Adriano Vasco Rodrigues, foi publicada há 30 anos.

Apesar do reconhecido mérito que ambas nos continuam a merecer desde há muito que Celorico e o seu concelho necessitavam de um novo estudo sobre o seu passado que actualizasse as anteriores publicações com novas informações, fruto dos trabalhos de índole histórico - arqueológico que se têm vindo a desenvolver no nosso território. Assim, para cada um dos temas apresentados foram escolhidos investigadores que se têm notabilizado na investigação histórica e arqueológica, procurando dar a esta publicação um elevado rigor científico, mas com uma linguagem directa e acessível. Com esta edição, a Câmara Municipal de Celorico da Beira, pretende dar a conhecer a história do Homem e a ocupação do território que hoje constitui o território administrativo do concelho de Celorico da Beira.

Celorico da Beira, Junho de 2009

José Francisco Gomes Monteiro

Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira

José Luís Saúde Cabral

Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Celorico da Beira





PRÉ E
PROTO-HISTÓRIA

CELORICO DA BEIRA ANTES DOS ROMANOS

Raquel Vilaça

Professora do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras

Investigadora do CEAUCP/CAM-FCT

Embora os mais antigos fósseis do género *Homo*, encontrados na África Oriental, datem de há aproximadamente 2,5 milhões de anos, só muito tempo depois se verificam as primeiras migrações para o Continente Europeu. É possível que tal tenha ocorrido a partir de há cerca de 1,2 milhões de anos, no quadro de um longo processo evolutivo, onde radicam as nossas mais remotas origens.

De acordo com alguns especialistas, baseados nos importantes achados ocorridos nos anos noventa do século passado em Espanha, concretamente em Atapuerca (Burgos), os primeiros hominídeos a alcançar a Península Ibérica terão uma idade superior a 780 mil anos e corresponderão também aos mais antigos habitantes do continente europeu. A esse tipo humano, designado *Homo antecessor*, irão suceder outros tipos de hominídeos, com evoluções próprias e independentes, umas europeias, outras africanas, que passarão por profundas transformações anatómicas e adaptações a nível ambiental. O culminar desse prolongadíssimo e complexo processo dará origem ao Homem Moderno que podemos situar a partir de há 30 mil anos.

Durante largas décadas pensou-se que a região mais interior do Centro do território português, onde se enquadra o actual concelho de Celorico da Beira, não seria habitada no Paleolítico, período que designa esses primeiros tempos da “Aventura humana”. Mas a descoberta das gravuras do Vale do Côa veio demonstrar não só quanto estávamos equivocados, como desencadeou o interesse pelo estudo daquele período no interior do território hoje português, chamando ainda a atenção para alguns achados isolados até então pouco valorizados.

Os mais antigos testemunhos da presença humana nesta região correspondem a seixos talhados e bifaces em quartzo e quartzite, cuja cronologia é, porém, de difícil atribuição. Trata-se de instrumentos muito rudimentares, usados na mão, uma vez que nessa altura ainda não tinha sido inventada a técnica de encabar os utensílios. Para além da sua identificação em terraços do Douro e do Côa na zona de Vila Nova de Foz Côa, e áreas vizinhas, conta-se o achado de um biface na zona da Guarda, em Cairrão (Vila Garcia), no sítio do Regato, e de uma outra peça em S. Miguel-Gare (Rodrigues, 1959). Sendo peças isoladas e de superfície, torna-se problemática a sua cronologia e explicação.

Desde sempre este tipo de peças, tal como os machados de pedra polida muito mais tardios, do Neolítico, chamaram a atenção das comunidades rurais, que os encontram nos campos e guardam cuidadosamente. Aliás, e por mera curiosidade, diga-se que o primeiro biface identificado no nosso país fazia parte de um conjunto de relíquias de um santo venerado num altar lateral de uma igreja da Guarda (Raposo, 1997). Também o biface de Cairrão, encontrado após trovada por alturas do Natal, foi depois levado para a igreja e colocado no respectivo presépio.

No território do actual concelho de Celorico da Beira desconhecem-se testemunhos de tão remota antiguidade, bem como das fases seguintes do Paleolítico Médio e Superior, concretamente desta última, a mesma a que se reportam as gravuras do Vale do Côa.

As comunidades de caçadores-recolectores responsáveis pela sua autoria e cuja ocupação foi já confirmada em pequenos “acampamentos” mercê das intensas prospecções e escavações desenvolvidas pelas equipas do Parque Arqueológico do Vale do Côa deverão ter percorrido outras áreas próximas, ao longo do Côa e afluentes. Sublinhe-se que estamos numa região onde se aproximam as bacias de dois dos mais importantes rios peninsulares (Douro e Tejo), que definem um

espaço inter-fluvial de confluência. Os seus afluentes correm perpendicularmente, de sul para norte, no primeiro caso, de nordeste para sudoeste, no segundo, facilitando a comunicação através dos seus vales.

Com um grau de mobilidade acentuado, mas não de desnorte, pequenos grupos perseguiriam ao longo dos vales e das linhas de água as manadas de animais que lhes davam sustento. A obtenção de outros recursos alimentares e de determinadas matérias-primas necessárias ao fabrico de instrumentos, como o sílex, poderão tê-los levado mais longe ainda, através do Mondego, até à Plataforma Litoral.

Recorde-se igualmente a recente identificação a sul da Cordilheira Central de gravuras paleolíticas, de equídeos e de caprídeos, no Poço do Caldeirão (Barroca, Fundão) e de uma outra nas margens do rio Ocreza, o que indicia a existência de povoamento paleolítico desta região interior muito para além do núcleo do Côa (Baptista, 2004). Esta realidade, por enquanto de difícil avaliação, demonstra, por outro lado, que as serras da Cordilheira Central nunca constituíram barreiras herméticas e impeditivas da circulação de pessoas e bens.

É, pois, muito provável que venham a ser encontrados, se também e quando procurados, testemunhos do Paleolítico Superior em terras de Celorico da Beira. Por conseguinte, esta lacuna em termos de conhecimento não traduz necessariamente um real armamento da região, mas simplesmente um acentuado deficit de investigação, de resto alargado a todo o período da Pré-história e da Proto-história. De momento, temos de nos socorrer da informação directa existente em outras áreas para dar corpo às inferências aqui explanadas.

Por volta de 11.000/10.000 anos a.C., na fase final da chamada “Arte Paleolítica do Côa”, verificaram-se significativas alterações em termos ambientais que conduziram a inevitáveis transformações na vida das comunidades humanas: o aquecimento do clima com o aumento da temperatura, o recuo dos glaciares e degelos originando a subida do nível das

águas do mar e o caudal dos rios, que se povoam de peixes, a extinção de determinadas espécies de animais e de plantas e o surgimento de outras características de climas temperados, a diversidade de ecossistemas e a ocupação de novas áreas, a alteração a nível dos instrumentos, nomeadamente os utilizados na caça, como pequenas peças líticas encabadas para arremesso, ou o arco, agora ideal para caçar animais de pequeno e médio porte (veados, javalis, cabras, coelhos, etc.).

Com uma maior diversidade de recursos resultante das melhorias climáticas, as comunidades tenderão a reduzir os seus percursos e a permanecer durante mais tempo num mesmo lugar, o que levará a uma redução da sua mobilidade, processo que se arrastou durante alguns milénios. Essa crescente estabilidade originará ainda uma mais estreita aproximação dos grupos de caçadores-recolectores à natureza, facilitando-lhes um melhor conhecimento dos ciclos e ritmos de crescimento das plantas e dos animais. É possível que nesta altura, ainda ignorantes da produção de alimentos, as comunidades tenham capturado alguns animais vivos que se mantinham em cativeiro perto dos acampamentos, permitindo assim a existência de “reservas” alimentares vivas durante algum tempo. Nesta fase, os cuidados estariam circunscritos à alimentação desses animais e à sua protecção relativamente a outros predadores, verificando-se só mais tarde uma verdadeira domesticação. A recollecção de vegetais constituía, entretanto, uma outra actividade de capital importância.

Sobre este período, que decorre a partir de cerca de 10.000 a.C. e durante os cinco a seis milénios seguintes, isto é, correspondendo ao Mesolítico e ao Neolítico Inicial, nada se sabe sobre a região de Celorico. Tal facto deve-se, em primeiro lugar, à inexistência de pesquisas, como já referimos, mas também porque as características dos vestígios típicos dessa altura em termos de *habitat* são de difícil identificação, principalmente se afectados por trabalhos agrícolas que frequentemente se verificaram ao longo de sucessivas gerações.

Assim, temos de nos apoiar na informação das regiões circunvizinhas onde se identificaram alguns vestígios que atestam o conhecimento de novos equipamentos ligados ao sistema produtor — agricultura e criação de gado — que, então, dava os primeiros passos. Aliás, todos eles correspondem a achados relativamente recentes e em boa parte decorrentes de pesquisas especificamente orientadas para a sua identificação.

Mas há excepções, como se verificou na estação do Prazo (Freixo de Numão), com uma importante ocupação neolítica anterior aos níveis romanos do mesmo sítio. Este exemplo é também uma nota de atenção para possíveis situações similares no concelho de Celorico, uma vez que as comunidades humanas, mesmo distanciadas entre si vários séculos ou milénios, procuraram, por vezes, os mesmos sítios para se instalarem.

Ainda longe da estabilidade que caracteriza as comunidades rurais, as populações ocupariam sazonalmente determinados sítios, quer ao ar livre, quer em abrigos sob rocha. As estruturas, muito débeis, reduziam-se a lareiras, fossas, empedrados e cabanas construídas com materiais perecíveis, como troncos, barro e outros elementos vegetais. É plausível a diversidade de situações, mas mais provável uma certa preferência por sítios abrigados, com apoio em afloramentos rochosos e articulados com pequenos vales e linhas de água, como sucedeu no habitat do Prazo atrás referido.

Sem que seja possível dizer muito mais, registre-se, em terras de Celorico, um pequeno fragmento de cerâmica, cujo bordo possui ténues vestígios de decoração puncionada ou impressa, recolhido por António Carlos Marques sob um grande afloramento granítico em **S. Gens** (Fornotelheiro), lugar sobranceiro à Ribeira dos Tamanhos na sua confluência com o Mondego. A sua cronologia precisa é desconhecida, mas poderá remontar a estes tempos mais remotos do Neolítico, até porque o local possui particulares condições de habitabilidade, como bem provam os achados de época romana e medieval.

No vizinho concelho de Fornos de Algodres, onde António Carlos Valera tem desenvolvido intensas pesquisas, conhecem-se dois sítios desta primeira etapa do Neolítico, embora de um, a Quinta das Rosas (Maceira), a informação se reduza a materiais descontextualizados. Já na Quinta da Assentada (Infias/Algodres) foi identificado um habitat de meia vertente onde se identificaram estruturas sub-rectangulares em negativo, de funcionalidade pouco clara, e outras em argila, subcirculares, neste caso interpretadas como possíveis estruturas de combustão; em associação, recolheram-se alguns instrumentos líticos microlaminares e cerâmica lisa ou com decoração incisa, impressa e pintada (Valera, 2007).

Entre os elementos ligados ao sistema produtor que caracterizam as comunidades neolíticas, contam-se os machados e enxós de pedra polida, usados no abate de árvores, os primeiros, e no arroteamento da terra, as segundas. Sabemos hoje, com base em dados directos, que cereais como o trigo e a cevada já eram cultivados no V milénio a.C. nestas regiões mais interiores, concretamente em Trás-os-Montes, conforme revelaram os trabalhos desenvolvidos por Maria de Jesus Sanches no Buraco da Pala (Mirandela). A sua produção deu origem a determinado tipo de actividades transformadoras, como a farinhação, que ocupará, a partir de então, o lugar primeiro no âmbito das designadas “actividades domésticas” das comunidades pré e proto-históricas. O recurso a moinhos manuais de vaivém, onde se moíam os grãos, serviam igualmente para triturar frutos secos, como a bolota, tubérculos, etc.

Nesta fase inicial, a organização e o volume da produção agrícola foram necessariamente modestos e irregulares num quadro de aprendizagem igualmente moroso. A recollecção continuaria a ocupar um lugar importante, mesmo quando o ciclo agrícola se impôs. Também a técnica da pedra lascada não só se manterá, como se aperfeiçoará, dando origem a uma crescente diversidade de instrumentos, o que revela a continuidade e peso da importância das actividades cinegéticas

no seio destas primeiras comunidades produtoras de alimentos. As espécies domesticadas, embora conhecidas como demonstraram os restos de ovinos ou caprinos encontrados na estação do Prazo, seriam, todavia, ainda excepção (Rodrigues *et al.*, 2008).

Assim, nesta fase mais recuada do Neolítico, as mudanças económicas ligadas à actividade produtiva foram mais uma promessa do que um verdadeiro modo de vida alternativo. Mas, ao contrário do que durante muito tempo se acreditou, conhecidas tão precocemente nestas terras interiores como nas regiões mais litorais da metade meridional da Península Ibérica.

Lentamente, iam-se configurando novas estratégias, irreversíveis. Se é certo que essa primeira agricultura, por esgotamento de solos, obrigava a uma certa mobilidade decorridos alguns anos, o que também facilitou o contacto inter-regional com a consequente circulação de bens e de novos conhecimentos, é igualmente verdade que se caminhava para uma crescente estabilidade e maior proximidade intra-comunitária com o desenvolvimento da vida em comum.

Por outro lado, havia agora possibilidade de conservar durante algum tempo o que tinha sido colhido, eventualmente cultivado, mas não consumido no imediato. Assim se desenvolveram as bases que confirmarão a ideia, e prática, de “armazenar”, de acumular bens, e, consequentemente, de acautelar o futuro mais próximo. Esses bens, destinados ao consumo do dia-a-dia ou reservados tão-só a momentos especiais de competição social profundamente ritualizados, seriam guardados em fossas ou em recipientes feitos de couro, vime e cerâmica, entretanto também inventada. Estavam em marcha condições propiciadoras a alguma melhoria na vida das comunidades no que respeita a sua alimentação e que levaram, decerto, a um aumento da população. Neste caso, também terão sido muitos os benefícios resultantes da crescente redução da mobilidade, em concreto feminina e infantil, com um mais que

certo aumento no êxito de nascimentos e primeiros anos de vida.

A maior e mais prolongada proximidade dos membros da comunidade entre si irá desenvolver, por sua vez, sentimentos de grupo e de coesão familiar onde emerge a figura tutelar dos antepassados como elo tentacular dos laços de parentesco. O modo de vida neolítico passa também por essas novas relações sociais, pela relevância de valores de pertença e de partilha, por uma nova concepção do tempo — o tempo cíclico das colheitas, do nascimento e do acompanhamento do gado — e do espaço, com ritmos distintos dos ancestrais, enfim, por uma atitude de crescente domínio da natureza em todas as suas envolventes. As comunidades passarão a marcar real e simbolicamente o território com as primeiras construções perenes de tipo megalítico.

Todos estes elementos indiciam profundas transformações em curso de âmbito sócio-económico, mas também ideológicas e mentais, que se afirmarão durante o IV milénio a.C. e seguinte.

À luz do que se conhece na Beira Alta, entre meados do V milénio a.C. e durante o IV, constroem-se múltiplos monumentos megalíticos, em particular de cariz funerário, como antas, dólmenes ou orcas, mas cuja “função” foi muito além desse pragmatismo funcionalista. É grande a sua diversidade construtiva (polimorfismo), dimensões, implantação topográfica, distribuição, etc., enquadrando-se todos eles num processo de “monumentalização” e de referência do espaço. E, mesmo que esventrados, tombados, com ou sem montículo envolvente (mamoas), e já destituídos dos sentidos e funções de origem, a sua existência física constitui, hoje, marca indelével das paisagens beirãs, com paralelo talvez apenas nos Castelos.

As cartas de distribuição dos monumentos megalíticos desta região do Centro do território português revelam grandes assimetrias que não podem ser entendidas apenas por uma diferencial conservação deste tipo de monumentos. Ao contrário de outras áreas, concretamente o Planalto da Beira

Central, a área que nos interessa mais directamente integra uma vasta mancha que ocupa a maior parte do distrito da Guarda, onde os dólmenes são em número reduzido, surgindo, não raras vezes, esparsos e isolados, isto é, sem integrarem núcleos de três, quatro, ou mais monumentos, formando necrópoles. Mas alguns topónimos poderão sugerir a existência de antigos monumentos hoje desaparecidos, como Fonte da Arca (Gouveia) e, em Celorico, os de Pedra Penhadeira, Lapa das Andorinhas e Vale da Lapa (Leisner, 1998). Naquela situação encontram-se, por exemplo, o dólmen de Rio Torto (Gouveia), recentemente valorizado, a anta de Penedos Jungidos (Trancoso), reduzida a um esteio, a anta de Pêra de Moço (Guarda) e ainda outros dois em Fornos de Algodres, a Casa da Orca e a Orca de Corgas de Matança, referenciadas, entre outros, por Leite de Vasconcelos em finais do séc. XIX.

No concelho de Celorico da Beira não se conhece qualquer tipo de monumento megalítico, mas sabemos que, pelo menos um, terá existido¹. Trata-se da **Anta da Carrapichana**, assim referida por Martins Sarmento na sua “Expedição Científica à Serra da Estrela”, realizada em 1881, embora não a tenha visto (Sarmento, 1883). A sua localização, em plena “Terra Chã”, foi posteriormente atribuída ao sítio do Areal, próximo da ribeira de Linhares, mas é tudo quanto se sabe (Oliveira, 1997: 523). O sítio corresponde a uma zona natural de passagem, de percurso certamente milenar, recuperado pelos gados e pastores que percorriam o caminho de transumância, do Douro à Serra da Estrela.

Não temos elementos que nos informem de forma consistente sobre o modo de vida das comunidades que construíram estes monumentos megalíticos, mas decerto que praticariam, ainda num quadro de alguma mobilidade

¹ A referência à mamoas de Tambor 4 (Santa Maria, Celorico da Beira) registada na base de dados Endovélico não deverá ser considerada, por erro de localização, pois não pertence ao concelho. Agradecemos esta informação a António Carlos Marques.

territorial, uma economia mista agro-pastoril. Como vimos atrás, a agricultura, mesmo limitada, e o pastoreio, implicaram, paulatinamente, transformações nos ecossistemas existentes, em concreto através da desflorestação, pois era necessário abrir clareiras para pastos e campos agrícolas, bem como a extracção de madeira e apanha de lenha para as necessidades do dia-a-dia. A técnica mais eficaz seria a que se designa por “corte e queimada”, ou seja, através do abate de árvores com machados de pedra e queimadas, cujas cinzas também contribuíam para a própria fertilização dos campos. O culto da fertilidade da terra passa, assim, para primeiro plano e, com ele, o machado adquire um valor também simbólico.

É frequente o achado de materiais de pedra polida (machados, enxós, goivas) pelos campos. Santos Rocha publicou dois artefactos desse tipo recolhidos pelo Dr. António Carlos Borges nas vizinhanças de Cortiçô da Serra, em terras arroteadas (Rocha, 1908). Mais tarde, o local dos achados foi atribuído à **Quinta do Mouro** (Cortiçô) (Oliveira, 1997: 532).

Trata-se de um grande machado em xisto, com 50 cm e cerca de 6 Kg, fracturado do lado do gume (Cardoso, 1962), e um outro, possivelmente de anfíbolite, em forma de picareta (19,5x0,2x0,3 cm), pertencendo ambos ao Museu Municipal Dr. Santos Rocha, Figueira da Foz (n.º inv. 7671 e 7672). Por motivos que desconhecemos, o arqueólogo figueirense não integrou na sua publicação uma outra interessante peça (Fig.I - 6), um machadinho em fibrolite ou silimanite (n.º inv. 7498), necessariamente votivo pela dimensão (3,5x1,4x0,7 cm) e raridade da matéria-prima, que fora registado no Museu a 30 de Dezembro de 1900, um pouco antes daqueles. A peça apresenta fractura no talão e o gume danificado. Só mais tarde foi publicada juntamente com outras peças em fibrolite, onde se sublinha a importância dos objectos feitos nesse mineral (Guerra e Ferreira, 1979).

Constituindo materiais descontextualizados, é incerta a sua

cronologia, talvez neolítica, talvez calcolítica, como também a sua eventual contemporaneidade, pois machadinhos/enxós votivos em fibrolite apareceram já em contextos do Bronze Final dos povoados do Castelejo (Sabugal) e da Moreirinha (Idanha-a-Nova), em escavações da responsabilidade da autora.

Na progressiva afirmação do modo de vida neolítico, as comunidades foram alargando os seus territórios, ocupando novas terras, mas não deixando de explorar sazonalmente determinados nichos, mesmo em zonas que, por inhóspitas, nos surpreendem ao olhos de hoje.

Na segunda metade do IV milénio a.C., as populações que se tinham estabelecido nos vales e encostas que bordejam as vertentes setentrional e ocidental da Serra da Estrela, ao longo do Mondego e afluentes, deveriam ter começado a subir à montanha nos meses em que o tempo o permitia, onde procurariam pastagens de verão. É o que podemos deduzir do achado a cerca de 1,2 km NNE das Penhas Douradas, e a 1430 m de altitude, de um grande machado de anfíbolite, do fragmento de um outro, decerto utilizados no desbaste, e de um elemento de mó manual de granito (Cardoso e Gonzalez, 2002). A intervenção humana nestas plataformas mais elevadas da serra nessa altura é também corroborada pelos resultados de análises polínicas realizadas em turfeiras da zona que indicam uma degradação do coberto vegetal, muito provavelmente de origem antrópica, com desflorestação por queimada para possível criação de áreas abertas talvez para pastagens (van der Knaap e van der Leeuwen, 1995). Para além daqueles achados, registaram-se igualmente pequenas estruturas cistóides, de cronologia desconhecida, mas que poderão indicar que a zona

²Agradecemos à Direcção do Museu Municipal Dr. Santos Rocha a autorização para analisarmos os materiais, bem como todo o apoio prestado pela Dr.^a Sónia Pinto.

³Os desenhos inseridos neste texto são da autoria da Dr.^a Sara Almeida.

⁴Informações constantes nas fichas de depósito do Museu Municipal Dr. Santos Rocha.

continuou a ser frequentada em períodos mais tardios.

Por conseguinte, podemos procurar as origens do pastoreio na Serra da Estrela nos finais do IV milénio a.C., e ao longo do seguinte, numa altura em que também se afirmava a criação de gado como actividade económica de grande importância, com bovinos e suínos, para além de ovicaprinos. O rebanho passou a ser um bem, uma propriedade e, sobretudo, um recurso com a notável capacidade de se multiplicar, enfim, verdadeiro capital no sentido que hoje lhe damos.

Caminhava-se, então, para uma nova realidade que os investigadores designam por Calcolítico, período que corresponde, genericamente, ao III milénio a.C. As estratégias de subsistência continuam radicadas da agricultura e pastorícia, tendencialmente mais consolidadas e envolvendo um naipe superior de actividades com elas relacionadas. A exploração dos animais foi rentabilizada, com actividades transformadoras como o fabrico de queijo a partir do leite e da tecelagem com a lã, como talvez também no transporte, no caso dos bovinos. O trabalho do metal — cobre e ouro — passou a ser conhecido, decerto com indeléveis consequências a nível psicológico, na medida em que, com a metalurgia, o homem não se limitou a dar uma nova forma à natureza, como fazia com a pedra, a madeira, o osso, o chifre e a argila, mas transformou-a quando do minério obteve o metal. As “artes” de manipulação do fogo iam-se complexificando.

Os trabalhos desenvolvidos por António Carlos Valera já referidos dão-nos outras informações sobre esta importante fase do nosso Passado. Nessa altura, e pela primeira vez nesta região mais ocidental da Península, erguem-se barreiras nos sítios de habitat que, na perspectiva de alguns investigadores constituem fortificações com fins defensivos para a população e bens que neles se protegiam e que, na de outros, serviam como dispositivos identitários das comunidades que habitariam, fundamental ou exclusivamente, nos territórios envolventes num cenário pautado por uma maior diversidade

de sítios no que toca a dimensão, a implantação topográfica, a funcionalidade, etc.

Os primeiros exigiram não só um grande investimento em termos de materiais como de mão-de-obra, tal como na etapa anterior ocorrera com a construção dos grandes monumentos megalíticos. E, tal como estes, poderiam ser frequentados apenas em determinadas ocasiões, como pólos agregadores da comunidade. Alguns estão activos durante vários séculos, embora sujeitos a transformações profundas ou a mera manutenção.

No vizinho concelho de Fornos de Algodres, o Castro de Santiago (muito perto dos limites dos dois concelhos), ocupado em meados do milénio, e depois, já em finais do mesmo, o sítio da Fraga da Pena (Queiriz/Sobral Pichorro), constituem dois exemplos desta nova forma de construção, organização, percepção e monumentalização do espaço. Aliás, são ambos suficientemente distintos revelando também a variabilidade de situações, mesmo muito próximas: o Castro foi habitado e funcionou como povoado; a Fraga assumiu-se como local não residencial, correspondendo antes a um centro cerimonial (Valera, 2007). Enquanto cerâmicas de excepção, o importante conjunto de recipientes campaniformes desta última estação denuncia, entretanto, novos hábitos sociais de consumo protagonizados pelas elites.

Na Quinta da Atalaia (Carnicães, Trancoso) é conhecido, desde os inícios do séc. XX, um outro sítio que corresponderá a um povoado calcolítico, eventualmente muralhado como os anteriores, mas que só escavações poderão confirmar (Ferreira, 2000). A sua potencial importância deveria estar articulada com a exploração e domínio das terras da Depressão de Celorico, que controla visualmente.

Os habitats abertos são muitíssimo mal conhecidos porque de visibilidade arqueológica reduzida, mas decerto, como aqueles, com enquadramentos e características muito diversas. O sítio da Malhada (Sobral Pichorro) em Fornos de

Algodres é um desses casos.

Com a imprudência decorrente de um simples fragmento cerâmico, por ventura até arrastado de um outro lugar por agentes naturais ou antrópicos, talvez se possa apresentar como eventual exemplo de um mesmo tipo de habitat no concelho de Celorico, o sítio do **Barrocal do Olival** (Santa Maria). Trata-se de uma suave elevação em sopé de montanha, sobranceira ao vale da Ribeira da Quinta das Seixas, recentemente identificado como estação romana (Lobão *et al.*, 2006: 25). O referido fragmento (Fig. I - nº 1), de fabrico manual, corresponde a um sub-esférico de bordo convexo com decoração penteada, com inúmeros paralelos em contextos calcolíticos (2.^a metade do III milénio a.C.) da região das Beiras, Alta e Baixa, e do Norte de Portugal, embora as origens desta técnica decorativa possam ser anteriores.

Na sequência de diversos trabalhos de acompanhamento

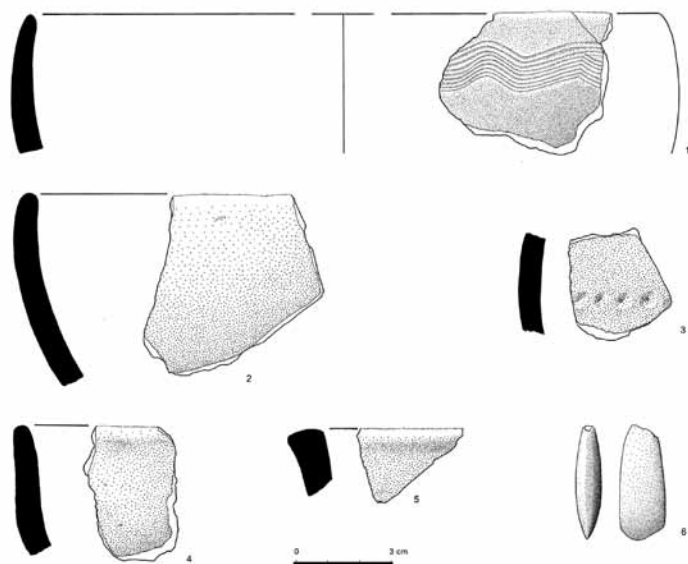


Fig. I - Materiais arqueológicos do Barrocal Olival (1), Darouca (2 a 5) e Cortiço da Serra (6)

arqueológico, vai sendo registada, pouco a pouco, informação que nos revela uma imagem até há alguns anos atrás insuspeita. Por exemplo, em pleno perímetro urbano da Guarda, o lugar de Miranda parece ter sido ocupado nesta época como denunciavam as cerâmicas penteadas aí recolhidas (Perestrelo e Osório, 2005).

Também do III milénio a.C., ou até mesmo de cronologia anterior, deverá ser a ocupação detectada no sítio de **Jardim** (Santa Maria, Celorico), lugar intervencionado em 2004 e no qual se recolheram fragmentos de cerâmica manual, lâminas de sílex, um movente, um fragmento de machado de anfíbolito, entre outros⁵ (Lobão *et al.*, 2006: 37). Com esta informação tão limitada, pois aguarda-se a publicação dos resultados, não é possível, de momento, precisar melhor a cronologia de ocupação e compreender a natureza do sítio.

Do mesmo modo, não estamos em condições que nos permitam determinar a cronologia (Neolítico, Calcolítico?) dos achados efectuados no sítio do **Pardo** (Moinho do Alfredo, Santa Maria). Nem, tão-pouco, avaliar a natureza concreta do tipo de ocupação. A informação disponível reporta-se a machados, percutores, polidores, ossos de animais, etc., encontrados a 3-4m de profundidade durante trabalhos de extracção de estanho junto ao Mondego (Oliveira, 1997: 330).

Em geral, a actividade metalúrgica nos seus primórdios foi esporádica, levando tempo a se impor e a se generalizar. Nesta região da Beira Alta são escassos os testemunhos com ela relacionados e, mesmo mais tarde, quando ao cobre se junta o estanho para se fabricar o bronze e a metalurgia está já generalizada, as comunidades que habitaram o Planalto da Guarda e áreas confinantes mantiveram-se, ao que parece, marginais aos principais focos produtores e dinamizadores do metal. Mas é possível que investigação futura venha a relativizar esta apreciação.

O pouco que se sabe das suas origens nesta região provém,

⁵ Cfr. base de dados do Endovélico.

mais uma vez, das investigações desenvolvidas no concelho de Fornos de Algodres. Aí, quer os sítios da Malhada, quer da Fraga da Pena, proporcionaram vestígios da metalurgia do cobre em contextos calcolíticos de meados do III milénio a.C., como revela um pequeno punção de cobre deste último sítio. A prática local do trabalho do cobre foi, inclusive, confirmada pelo fragmento de cadinho com escória metálica no seu



Fig. II - Machados de cobre do Monte Verão

interior proveniente da Malhada (Valera, 2007: 161).

Só quando se caminha para finais do milénio e já nos inícios do II a.C. começamos a nos confrontar com uma maior diversidade de registos metálicos, situação que se acentuará na fase final do mesmo.

No concelho de Celorico, concretamente a **Quinta da Boa Vista** (Rapa), sítio a que voltaremos pela sua proximidade com o povoado proto-histórico de Monte Verão, foram encontradas duas peças de cobre, um machado plano e um possível escopro (Fig.II). Desconhecem-se as condições específicas de achado, mas entende-se como chegaram, no tempo de Leite de Vasconcelos, ao actual Museu Nacional de Arqueologia. Nada mais natural, tendo em conta as múltiplas viagens que aquele notável investigador realizou por todo o país, bem como a rede de contactos que estabeleceu, e que, no caso de Celorico, eram reforçadas por laços familiares com D. Maria Angélica Furtado de Mendonça⁶. Ao que parece, terá sido esta sua familiar a responsável pelas pesquisas no Monte Verão, onde terá encontrado, entre outras coisas, as duas peças metálicas (Oliveira, 1997: 629).

Os artefactos (n.º inv. 11007 e 11008) foram sumariamente publicadas por Monteagudo (1977), tendo sido também analisadas, confirmando-se serem de cobre (Junghans *et al.*, 1968), mas justificava-se um estudo mais aprofundado e relacionado com o seu contexto local.

Para boa parte do II milénio a.C., a que correspondem o Bronze Antigo e Médio, os dados nesta região do Alto Mondego são omissos ao nível dos povoados e das necrópoles. O novo milénio será marcado pela ocultação e deposição votiva de artefactos metálicos de que, de resto, aquelas peças podem ser testemunho. Mas, de facto, quase nada se conhece e Celorico encontra-se, mais uma vez, na escuridão.

A diversidade artefactual acentua-se com a invenção de novos tipos de armas e, por conseguinte das técnicas de combate. Ilustre testemunho desta nova realidade é a espada de cobre arsenical de Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres)

⁶ Valerá a pena consultar o “Epistolário de José Leite de Vasconcelos” e a volumosa troca de correspondência com esta sua familiar, pois poderá reunir informações de interesse a quem pretenda aprofundar a investigação arqueológica no concelho de Celorico da Beira, concretamente na zona da Rapa.

casualmente descoberta em meados do século passado entre afloramentos graníticos e correspondendo a possível deposição votiva (Vilaça, 2005a; Valera, 2007). A presença deste artefacto de tipologia atlântica, cuja simbologia é reforçada por se tratar de metal — um bem de prestígio em si — e por ser um tipo de arma até então desconhecido, que valoriza o combate individual, é prenúncio de novos tempos pautados pelo crescendo das trocas supra-regionais protagonizadas pelas elites emergentes e cujo poder se afirmará através do “elogio” das armas.

Exemplos sublimes e ilustrativos desta faceta são as estelas e estátuas-menir armadas de Longroiva (Meda), dada a conhecer por Adriano Vasco Rodrigues, e de Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigues) (Vilaça *et al.*, 2001). Atribuíveis à 1.^a metade do II milénio a.C., possuem altura (respectivamente 2,40 m e 2,98 m) e iconografia (armas e outras insígnias de poder) que intimidam por si só, cumprindo assim uma muito provável função protectora do território e dos seus recursos, em ambos os casos relacionados com áreas abertas de terras férteis e ricas em água. A agricultura e a pastorícia continuavam a marcar o dia-a-dia das populações.

O deficit de conhecimento no concelho de Celorico para o final do milénio e os inícios do seguinte, o que designamos por Bronze Final, é ainda mais gritante por tal período, ao contrário do anterior, se pautar por uma acentuada visibilidade do chamado registo arqueológico. E tanto mais é assim porque esta área da Depressão de Celorico e do Planalto da Guarda enquadram-se entre dois dos mais dinâmicos pólos de então — o Planalto da Beira Central, na região de Viseu, e o Centro/Sul da Beira Interior, com múltiplas afinidades culturais, mas também com especificidades não menos importantes. Um dia em que se desenvolvam projectos de investigação sistemáticos orientados para este período na região de Celorico e áreas confinantes do Alto Mondego, será muito interessante avaliar o “peso” dessas influências e de uma terceira, omnipresente desde sempre: o mundo da Meseta e, concretamente no que

respeita o Bronze Final, “Cogotas I”, com as suas características cerâmicas profusamente decoradas, de resto já identificadas no povoado do Caldeirão (Guarda), bem perto de Celorico (Perestrelo, 2000).

Este constitui um dos raros casos de povoados escavados na região. Um outro, ainda em estudo, é o da Quinta das Rosas (Fornos de Algodres). Também sob a ocupação romana da Póvoa de Mileu (Guarda) foram detectadas cerâmicas que poderão testemunhar uma eventual ocupação do Bronze Final (Pereira, 2005).

E, em Celorico, não escavado, mas já referenciado nas “Memórias Paroquiais de 1758” como um monte “onde se achão alguns vestígios de huma fortaleza de Mouros” (Azevedo, 1901: 160), o povoado de **Monte Verão** (Rapa)⁷ merecia ser estudado. Estes exemplos são bastantes para percebermos que o tipo de povoados de inícios do I milénio a.C. se caracteriza por situações diversas, nomeadamente no que toca a sua localização e enquadramento espacial, que, um dia, importará avaliar.

Os materiais do Monte Verão que deram entrada no Museu da Figueira da Foz (Rocha, 1908) indiciam que o sítio foi ocupado, ou pelo menos frequentado em diversos momentos, desde o Bronze Final, ou mesmo antes, tendo em conta os machados encontrados próximo na Quinta da Boavista, antes mencionados, bem como uma tacinha carenada⁸ (Fig. IV - nº5) e um fragmento de bordo com mamilo junto ao lábio (n.º inv. 6290) até, eventualmente, ao período romano. Para o Bronze Final destacam-se as cerâmicas com incisões pós-cozedura, de

⁷ Será necessário proceder num futuro próximo a uma clarificação, e eventual correcção, da designação deste sítio arqueológico, e confirmar se, de facto, há mais do que um, pois também é referido como Pedra Aguda (cfr. discussão em Alarcão, 1993: 29-30 e Pereira, 2003). Por outro lado, importará verificar se os materiais da Idade do Ferro e época romana, neste caso pouco significativos, provêm do mesmo sítio dos de época anterior, conforme deixam antever os registos de materiais de todos aqueles períodos pertencentes ao Museu Municipal Dr. Santos Rocha.

⁸ Trata-se de restauro antigo, com bastantes imperfeições.

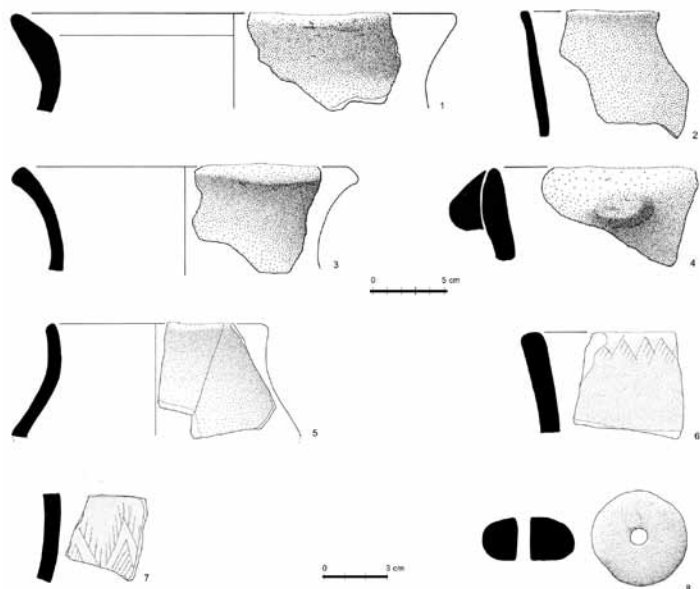


Fig. III - Fragmentos cerâmicos do Monte Verão / Rapa

“tipo Baiões”, que nos remetem para o seu foco mais expressivo, a região de Viseu (Fig. III - nº 6 e 7). Outras, da mesma época e da seguinte, como potes de diversa capacidade, são aqui igualmente apresentadas, tendo sido estudadas por Pereira (2003).

É necessário escavar para caracterizarmos e compreendermos plenamente estes vários sítios. Por exemplo, se uns parecem dominar de forma próxima áreas críticas de recursos ou de passagem, que razão seria a de outros? Funcionavam independentemente ou haveria laços hierárquicos entre eles? Como estariam organizados internamente? Como seriam as estruturas habitacionais? Que tipo de contactos mantinham com as comunidades vizinhas?

De outros habitats escavados nas Beiras Alta e Baixa, sabemos que as cabanas tinham planta subcircular, com base pétrea, paredes de barro e madeira. As estruturas de combustão, definidas por lastros de argila e coroas de pedra, constituíam o

cerne da vida diária das comunidades, pois é na sua periferia que se detectam quase sempre sinais de diversas actividades, como a trituração de cereais e outros vegetais, a preparação e consumo de alimentos, a tecelagem — do Monte Verão provém uma fusaiola, dispositivo que se colocava no fuso para enrolar os fios (Fig. III - nº 8) — e a metalurgia. Para além de focos emissores de luz e de calor, deverá acrescentar-se uma provável função sinalética baseada no fumo, que poderia constituir um meio de comunicação entre sítios afastados. À volta da lareira também, então, se contariam “estórias”, fomentando a coesão das comunidades.

Os estudos paleoeconómicos e paleoambientais não atingiram ainda o desenvolvimento desejável, mas sabemos que estas populações eram essencialmente agricultores e criadores de gado. Para além das evidências directas expressas nos restos faunísticos de espécies como cabra, porco e bovinos, e nas

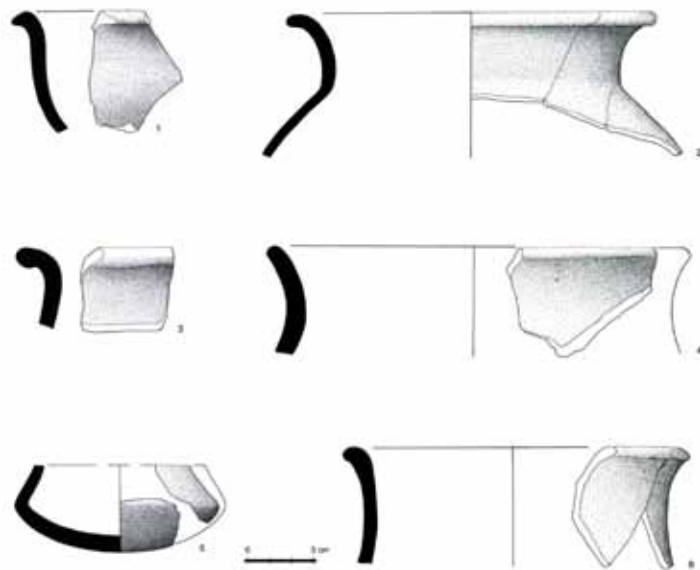


Fig. IV - Fragmentos cerâmicos do Monte Verão / Rapa

sementes incarbonizadas de trigo, cevada ou ervilha recolhidas em escavações, o estudo de impressões de macro-restos vegetais em alguns fragmentos cerâmicos revelou-se de muito interesse. Casualmente, ou não, conservaram-se negativos de grãos de trigo, cevada, leguminosas, folhas de oliveira, de feto e de esteva, que seriam misturados na argila com que os recipientes eram fabricados, o que nos ajuda, assim, a reconstituir o coberto vegetal, natural e cultivado, da época.

No Bronze Final, a produção e circulação de metais diversifica-se e intensifica-se com trocas multi-direccionais de alcance supra-regional envolvendo regiões muito distantes como a Europa de além Pirenéus e o Mediterrâneo. O Centro do território português é um dos elos mais fortes nesse intercâmbio, produzindo, imitando, recriando, exportando, dinamismo para o qual muito terá contribuído a abundância de estanho da Beira Alta, onde também havia algum cobre, como nas minas de Quarta Feira (Sabugal) ou de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), necessários ao fabrico do bronze. A produção metalúrgica generaliza-se e são vários os sítios escavados nas Beiras que forneceram elementos da cadeia operatória do trabalho do bronze: cadinhos, moldes de argila, de pedra e de bronze, diversas ferramentas de trabalho, escórias, restos de fundição, além dos próprios artefactos muito variados, como machados, espadas, lanças, punhais, foices, espetos, botões, argolas, braceletes, fíbulas, pinças, etc. Os primeiros artefactos de ferro, pequenas faquitas, chegaram nesta altura ao Centro do território português como resultado dos contactos com o Mediterrâneo.

Em terras de Celorico desconhecem-se, por enquanto, testemunhos desta metalurgia que, todavia, está presente em Trancoso, com dois machados de talão de duas argolas (Monteagudo, 1977), e na Guarda com uma ponta de lança proveniente de Vila Soeiro (Perestrelo, 2000). À mesma época podemos atribuir os cinco braceletes de ouro⁹ das Fragas do Avento (Folgozinho, Gouveia), dois dos quais publicados, bem como os machados de bronze (que

desconhecemos) também aí encontrados (Sarmiento, 1883).

Nesta época, os mais poderosos identificavam-se pelo acesso à produção do metal — bronze e ouro — e respectiva produção e distribuição. Mas o poder também se expressava mediante a exibição de determinados motivos figurativos (objectos de prestígio) gravados em estelas e estátuas-menir, que evocariam chefias personalizadas. É difícil determinar, com rigor, as funções específicas deste tipo de manifestações, mas, quaisquer que elas tenham sido, parece evidenciar-se o seu papel como marcos, como sinais evocativos de qualquer coisa e/ou referências para alguém. Os territórios que se iam legitimando e configurando exigiam novos referenciais, por ventura nas suas áreas limítrofes.

Este fenómeno tem origens remotas na região, como já vimos atrás com os achados de Longroiva e de Ataúdes, aliás como de um outro proveniente do sul do concelho da Guarda, a estela de A-de-Moura (Santana de Azinha) (Osório, 2000), datado provavelmente da 2.^a metade do III milénio a.C.

Recentemente, no âmbito de trabalhos desenvolvidos pela equipa de Sofia Melo Gomes no “Parque Eólico de Videmonte” (Fig.V), a 1010 m de altitude, foram identificadas duas estelas aparentemente de cronologia diversa, uma completa e outra reduzida a pequeno fragmento¹⁰. Numa delas, com cerca de 3000 anos, designada como **Pedra da Atalaia I**, destaca-se a característica iconografia guerreira — escudo e espada, além de um espelho (Fig.VI). Na outra, fragmentada, vêem-se duas linhas subcirculares e um reticulado, o que nos remete para

⁹ Martins Sarmiento informa-nos que dois dos braceletes foram vendidos e eram duas vezes mais pesados que os por si publicados, o que nos leva a colocar a hipótese de poderem corresponder não a braceletes mas a colares. São vários os exemplos de depósitos de ouro da mesma época associando colares e braceletes, como o de Baiões (S. Pedro do Sul).

¹⁰ Em curso de estudo, a apresentar nas IV Jornadas Raianas subordinadas à temática “Estelas e estátuas-menir: da Pré à Proto-história”, que se realizarão no Sabugal, a 23 e 24 de Outubro do corrente ano.

foto: Danilo Pavone



Fig. VI - Estela da Pedra da Atalaia I



Fig. V - Vista para a Serra do Ralo / Penha de Prados

tempos mais recuados (Fig.VII).

O seu achado conjunto e distinta cronologia testemunham não só raízes remotas para este fenómeno, confirmado noutras situações como aquelas supracitadas, como a sobrevivência, num tempo longo, da memória e do simbolismo de determinados lugares, neste caso, na linha planáltica de cumeeada da serra, igualmente evocativa de fronteira entre duas áreas distintas.

Com cerca de 1000 anos de permeio, eventualmente já perante a presença romana, e sem se advogar qualquer ligação entre os dois tipos de manifestações, voltamos a encontrar a figura masculina armada na estatuária que a bibliografia consagrou como “guerreiros lusitanos”. Essencialmente confinados ao Noroeste Peninsular, particularmente à região do Minho onde se associam a povoados importantes, poderão

ter extravasado essa região.

Ao achado de uma cabeça viril de granito próximo do Quartel de Caçadores 7 da Guarda, interpretada por Adriano Vasco Rodrigues como pertencente a uma dessas estátuas e que foi posteriormente valorizada no seu contexto (Rodrigues, 1958; Alarcão, 1993: 32), junta-se agora uma outra cabeça masculina de granito (Fig.VIII), bastante tosca, achada em **Vale da Ribeira** (Mesquitela, Celorico da Beira) quando se recuperava uma habitação (Marques, 2009). Não é absolutamente segura a sua interpretação como cabeça de guerreiro, aliás, tal como aquela. Parece-nos mais credível que possam ser antes integradas no grupo das chamadas “cabeças cortadas” ou “cabeças troféu”, expressões plásticas indígenas de eventual raiz céltica. As características do local de Vale da



Fig. VII - Pequeno fragmento de estela da Pedra da Atalaia II

Ribeira - uma suave encosta sobranceira à Ribeira de Linhares - também não apontam para a existência de um povoado nesse sítio preciso, embora a cabeça pudesse ser oriunda de uma das elevações próximas. Mas é assunto a rever e aprofundar.

Com efeito, e embora se conheçam exceções, como é o caso do povoado aberto de fossas de Picoto (Guarda) dos sécs. VI-V a.C. (Perestrelo *et al.*, 2003), no povoamento do I milénio a.C. que estamos a tratar evidenciam-se como lugares de habitat os sítios de altura, destacados e frequentemente murallados. A partir de inícios dos séc. VIII-VII a.C. e durante todo o período que decorre até à presença romana na região,



Fig. VIII - Cabeça em pedra - Vale da Ribeira

desaparecem antigos marcadores do espaço, como as estelas e as deposições metálicas para se chegar aos povoados de altura enquanto elementos exclusivos de congregação identitária das comunidades. Nesta região do território português a exceção, por todos os motivos, manifesta-se nas gravuras da Idade do Ferro do Côa.

No concelho de Celorico podemos apontar alguns exemplos de povoados desta época sem que seja possível, de momento, precisar as respectivas cronologias e diacronias de ocupação, como **Darouca** (Fornotelheiro) e **Penha dos Prados** (Prados) (Lobão *et al.*, 2006), além de outros mencionados por

Almeida (1945) e Rodrigues (1979). Entre alguns fragmentos cerâmicos de fabrico manual recolhidos superficialmente no primeiro, conta-se um decorado com puncionamentos subcirculares que pode apontar cronologia ainda mais antiga (Fig.I, nº2-5).

Enfim, a Idade do Ferro do Alto Mondego está igualmente por estudar, embora com diversos indicadores de interesse, desde o sítio do Picoto atrás referido, aos testemunhos provenientes de Castelos Velhos (Guarda), passando pelos dois cavalinhos de bronze da zona de Moimenta da Serra (Gouveia), que poderão evocar deposições votivas de um santuário de montanha (Vilaça, 2005b: 20). Aliás, pela sua própria fisionomia, a Penha dos Prados poderá ter acumulado, com a e habitat, uma função sagrada e cultural, mas é mera hipótese sem bases seguras.

No fundo, muito pouco sabemos e a prioridade é prospectar, seleccionar os sítios promissores e escavá-los. Em Celorico, o Monte Verão parece ser um deles. Sem isso, nunca daremos o salto qualitativo de aproximação às comunidades pré e proto-históricas que ocuparam o espaço hoje pertença dos celoricenses. Por isso, a elaboração deste texto apenas pôde contar com poucos achados isolados e de superfície, alguns ocorridos faz mais de um século, de que restaram memórias muito difusas e incertas.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1993): *Arqueologia da Serra da Estrela*, ICN-PNSE, Manteigas.
- ALMEIDA, João de (1945): *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, I (Beira), Lisboa.
- AZEVEDO, Pedro (1901): “Extractos arqueológicos das memórias paroquiais de 1758”, *O Arqueólogo Português*, VI (1.ª série), Imprensa Nacional, Lisboa, p.160.
- BAPTISTA, António M. (2004): “Arte paleolítica de ar livre no rio Zêzere (Barroca, Fundão)”, *Eburobriga*, 1, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, Fundão, p. 9-15.
- CARDOSO, João Luís e GONZALEZ, António (2002): “Testemunhos da ocupação Pré-Histórica da Serra da Estrela”, *Almadan*, II série, 11, Almada, p. 242.
- CARDOSO, Mário (1962): “Instrumentos pré-históricos de dimensões anormais e a estatura do homem primitivo”, *Lucerna*, III, Porto, p. 81-87.
- FERREIRA, Maria do Céu (2000): “Contributos para a carta arqueológica do concelho de Trancoso”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, p. 361-373.
- GUERRA, Victor e FERREIRA, Octávio da Veiga (1979): “A importante colecção de instrumentos de fibrolite do Museu Doutor Santos Rocha na Figueira da Foz”, *Revista de Guimarães*, 89, p. 321-327.
- JUNGHANS, S., SANGMEISTER, E. e SCHRÖDER, M. (1968): *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas*, Gebr. Mann Verlag, Band 2 –Teil 3, Berlin.
- LEISNER, Vera (1998): *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel – Der Westen*, Walter de Gruyter, Madrider Forschungen, Band 1, Berlin.
- LOBÃO, João Carlos, MARQUES, António Carlos e NEVES, Dário (2006): “Património arqueológico do concelho de Celorico da Beira: subsídios para o seu inventário e estudo”, *Praça Velha*, XIX, Câmara Municipal da Guarda, Guarda, p. 15-37.
- MARQUES, António Carlos (2009): *A cabeça em pedra de Vale da Ribeira (Celorico da Beira)*, Instituto de Arqueologia, FLUC, Coimbra (trabalho policopiado realizado no âmbito do seminário “Espaços e Sociedades” do Mestrado em Arqueologia e Território).
- MONTEAGUDO, Luís (1977: *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, München, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung (Prähistorische Bronzefunde IX, Band 6).
- OLIVEIRA, Manuel Ramos (1997): *Celorico da Beira e o seu concelho – através da história e tradição*, Câmara Municipal de Celorico da Beira (1.ª edição, 1939).
- OSÓRIO, Marcos (2000): “Estátua-menir de A-de-Moura (Santana de Azinha, Guarda)”, *Estudos Pré-históricos*, VIII, CEPBA, Viseu, p. 229-236.
- PEREIRA, Vítor (2003): “O Povoado Pedra Aguda (Subsídios para o seu conhecimento)”, *Praça Velha*, XIV, Câmara Municipal da Guarda, Guarda, p. 21-31.
- PEREIRA, Vítor (2005): “Intervenção arqueológica na Póvoa do Mileu (Guarda)”, *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia [2.ªs Jornadas do Património da Beira Interior]*, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, p. 229-248.
- PERESTRELO, Manuel Sabino (2000): “O povoado do Caldeirão — Subsídios para o estudo do Bronze Final da região da Guarda”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Câmara Municipal da Guarda, p. 51-96.
- PERESTRELO, Manuel Sabino, SANTOS, André Tomás e OSÓRIO, Marcos (2003): “Estruturas em fossa no sítio do Picoto (Guarda, Portugal)”, in ESPARZA ARROYO, Angel (coord.), *Encuentro de Jóvenes Investigadores sobre Bronce Final y Hierro en la Península Ibérica*, Salamanca, Fundación Duques de Soria, p. 156-176.
- PERESTRELO, Manuel Sabino e OSÓRIO, Marcos (2005): “Pré-História recente na região da Guarda — Alguns

subsídios”, *Côavisão. Cultura e Ciência*, 7, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p. 207-231.

RAPOSO, Luís (1997): “Arqueologia em Diálogo. O Papel dos Museus”, *Arkeos*, 1, p. 73-90.

ROCHA, António dos Santos (1908): “Duas peças neolíticas de Cortiçô, concelho de Celorico”, *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, 1 (6), Figueira da Foz, p. 171-173.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1958): “Cabeça de guerreiro lusitano, de Guarda (Portugal)”, *Zephyrus*, IX-2, Salamanca, p. 227-228.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1959): “Subsídios para o estudo do Paleolítico no Distrito da Guarda”, *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*, I, Lisboa, p. 105-108.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1979): *Celorico da Beira e Linhares – monografia histórica e artística*, Celorico da Beira.

RODRIGUES, Sérgio Monteiro, FIGUEIRAL, Isabel e LÓPEZ SÁEZ, José António (2008): “Indicadores paleoambientais e estratégias de subsistência no sítio pré-histórico do Prazo (Freixo de Numão-Vila Nova de Foz Côa-Norte de Portugal)”, *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, 1, Porto, p. 96-119.

SARMENTO, Francisco Martins (1883): *Expedição científica à Serra da Estrela em 1881*. Secção de Archeologia, Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa.

VALERA, António Carlos (2007): *Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3.º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*, Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

VALERA, António Carlos e MARTINS, A. M. (1994): “Levantamento arqueológico do concelho de Celorico da Beira, relatório do trabalho de campo”, *Trabalhos de arqueologia da EAM*, 2, Colibri, Lisboa, p. 273-282.

VAN DER KNAAP, W. O. e VAN LEEUWEN, J. F. N.

(1995): “Holocene vegetation succession and degradation as responses to climatic change and human activity in the Serra da Estrela, Portugal”, *Review of Palaeobotany and Palynology*, 89, p. 153-211.

VILAÇA, Raquel (2005a): “Materiais Metálicos das Idades do Bronze e Ferro”, in ARNAUD, José Morais e FERNANDES, Carla (coords.), *Construindo a Memória. As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 127-135.

VILAÇA, Raquel (2005b): “Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a. C.”, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia [2.ªs Jornadas do Património da Beira Interior]*, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, p. 13-32.

VILAÇA, Raquel, CRUZ, Domingos J., SANTOS, André T. e MARQUES, João Nuno (2001): “A estátua-menir de “Ataúdes” (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) no seu contexto regional”, *Estudos Pré-históricos*, IX, CEPBA, Viseu, p. 69-82.



PHILIPPINE COMMISSION ON EDUCATION
Department of Education

